

# O Setor Energético Brasileiro – A Herança de FHC

## Apresentação

Diante do novo cenário pós eleições, a 4ª Reunião de Diretoria Executiva do Sinergia realizada em 12 de novembro, deliberou por duas frentes temáticas para atuação prioritária nesse próximo período: o setor energético e a estrutura e liberdade e autonomia sindical.

A 3ª Plenária do SINERGIA CUT deverá ser o momento privilegiado para esse debate e redirecionamento da nossa estratégia.

Esse texto tem o objetivo de resgatar os principais pontos pautados pela agenda do setor energético durante o ano/2002 e assim contribuir com o debate sobre os desdobramentos e consequências dessa agenda, tanto para os trabalhadores do setor como para a sociedade em geral.

A partir dessa reflexão definiremos nossas ações prioritárias para os primeiros meses de 2003.

Nos últimos 10 anos o Sinergia tem se dedicado a acompanhar e intervir na política energética do país. O modelo desenhado por FHC a partir de 1995, atingiu diretamente os trabalhadores do setor. Enquanto dirigentes sindicais enfrentamos diariamente novos desafios que nos obrigam a tomar posições que extrapolam o âmbito do local de trabalho. Foi assim com o processo de privatização, reestruturação das empresas, racionamento, baixa renda, revisão tarifária, etc.

Como nos relacionaremos com o novo governo eleito no que diz respeito à política energética? Quais intervenções sobre o setor priorizaremos em nossa agenda? Como conduziremos o debate com a sociedade?. Essas são algumas questões que devemos procurar responder durante a 3ª Plenária do Sinergia CUT e esse texto tem o objetivo de contribuir com o debate.

## Lei 10.438 (antiga MP 14)

Aprovada em 29 de abril desse ano instituiu, dentre outras coisas, o seguro anti-apagão, concedeu empréstimos através do BNDES no valor de R\$7,5 bilhões para as concessionárias recomponem seu equilíbrio econômico financeiro, inclusive com a antecipação de reajustes tarifário de 2,9% a 7,9%.

Estabeleceu a contratação da energia emergencial através de usinas termelétricas móveis para gerar energia complementar, custeada pelo seguro anti-apagão e criou a empresa CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial para cuidar dessa operação.

Esse conjunto de medidas gerou ônus para o consumidor através de aumentos tarifários. Para saber mais sobre a MP 14, ler o texto "Setor Energético: Cenário/2002", elaborado para subsidiar a Campanha Salarial e que consta do Caderno do Negociador.

O seguro poderá ser aumentado em 14% em janeiro de 2003, passando de R\$0,0057 por KWh para R\$0,0065 porque o valor dos contratos das usinas emergenciais acompanha a variação do dólar e do IGP-M.

O seguro anti-apagão foi suspenso em todo o país no dia 10 de novembro, por meio de liminar concedida em São Paulo a ONG Pro Teste que entrou com ação judicial em abril contra a Aneel, a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial e a União.

A ação questiona dois pontos principais: alega que a cobrança do encargo se classifica como tributo e, portanto, não poderia ter sido criado por meio de Medida Provisória, mas sim por Lei. E que essa cobrança significa o repasse da responsabilidade do fornecedor de energia, seja gerador ou distribuidor, para o consumidor comum, o que contraria o Código de Defesa do Consumidor que interpreta isso como um ato ilegal.

Há 291 ações contra a cobrança o seguro anti-apagão e 115 liminares concedidas. A última foi conquistada pelo Idec no dia 09 de dezembro que contesta também o reajuste de tal seguro a partir de 2003. Se o Supremo Tribunal Federal declarar a constitucionalidade da cobrança, todas as ações e liminares deixam de ter efeito.

## Comitê de Revitalização do Setor

Criado em circunstância do racionamento propôs inicialmente discutir 33 alterações para o setor que posteriormente foram reduzidas para 11 (Relatório de Progresso 3). Foi estabelecido um cronograma para a regulamentação dessas medidas, sendo que algumas necessitam de aprovação do Congresso para serem implementadas. É por isso que durante esse ano pudemos acompanhar, por exemplo, a discussão e votação da MP64 e 66 que tratam de questões do setor energético.

As medidas do Comitê de Revitalização foram divulgadas em julho quando ainda não havia uma definição do quadro eleitoral, o que nos leva a concluir que o governo corre contra o tempo e procura implementar mudanças que obriguem o novo presidente a cumpri-las.

Porém os resultados eleitorais com a vitória de Lula mudaram a trajetória dessa história. O governo obteve sucesso naquelas medidas que não necessitavam de votação do Congresso, mas a votação da MP 64 barrou algumas mudanças em curso.

## **Leilão de Energia**

Em janeiro de 2003, conforme previsto por Lei (9.648/98), iniciará a liberação de preços no setor elétrico e o Leilão é o primeiro passo para essa liberação se efetivar. São operações de compra e venda realizadas ainda em 2002, com o objetivo de vender lotes de energia que serão utilizados no ano que vem, quando, pelas regras do modelo atual, 25% da energia que estava prevista nos contratos iniciais entre geradoras e distribuidoras seria comercializada livremente.

Em agosto foi realizado o primeiro Leilão de Energia das geradoras estatais: Copel, Cemig, Furnas, Chesf e Eletronorte. Outro Leilão marcado para 09 de outubro não se concretizou por falta de comprador.

Estava marcado para 11 de dezembro o Leilão de energia da CESP, EMAE, Duke, Copel e Ibiretermo. O Sinergia CUT ganhou uma liminar impedindo a sua realização.

O Leilão acabou ocorrendo no dia 16 de dezembro. As geradoras que participaram foram: Cesp, Copel e Emae. Foram disponibilizados 1.766 MW médios. Apenas 49 MW médios foram negociados. A Copel vendeu apenas 48 MW.

As incertezas do próprio modelo energético, dificuldades financeiras das distribuidoras e os desdobramentos ocasionados pelo racionamento talvez sejam os principais motivos do baixo desempenho verificado nesse leilão.

Alguns motivos nos levam a ser contra o Leilão de energia nesse momento:

- FHC antecipou para 2002 os Leilões de energia previstos para ocorrerem em 2003;
- Muitas empresas do setor elétrico encontram-se endividadas e até sob intervenção da Aneel;
- Falta compradores e de liquidez internacional interessada em investir no setor;
- As constantes mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro geram instabilidade no setor;
- A energia velha com custo baixo por conta da amortização de suas usinas é um importante instrumento regulador de preços;
- Em janeiro assume um novo governo;

Portanto não há motivos que justifiquem a realização de Leilões diante de um cenário de transição de governo e de turbulências no setor.

## **Liquidação Financeira do MAE**

Em outubro a Aneel divulgou a resolução 552/02, estabelecendo as regras para a liquidação financeira das transações de compra e venda de energia realizadas no MAE – Mercado Atacadista de Energia, desde setembro/2000.

Adiada por diversas vezes ainda não tem data para ocorrer. São muitas dúvidas e questionamentos jurídicos que envolvem essa liquidação.

O MAE foi criado para comercializar a energia excedente, que não consta dos contratos iniciais firmados entre as geradoras e as distribuidoras. Se uma geradora precisar de mais energia além da que tem contratada vai buscar no MAE. Se a geradora produzir energia além dos compromissos já

assumidos, disponibiliza essa energia para ser vendida através do MAE. Portanto, quem vendeu energia para o MAE tem dinheiro a receber e quem comprou tem dívidas junto ao MAE.

Desde a sua existência, o MAE nunca realizou esse encontro de contas, chamado de liquidação de fatura de compra e venda de energia.

O racionamento aqueceu esse mercado com um volume ainda maior de energia sendo negociada, pois as geradoras foram obrigadas a cumprir os contratos com as distribuidoras sem ter energia para entregar. Por sua vez, as distribuidoras, por conta da redução no consumo, venderam sobras de energia para o MAE.

Pela escassez da energia durante o racionamento o preço do MWh nesse período chegou a ser vendido por R\$684,00, ou seja, 13 vezes o preço praticado na época.

A maioria dos balanços das empresas em 2002 apresenta problemas gerados pela falta do fechamento nas contas do MAE.

O MAE desde a sua criação esteve envolvido em escândalos e merece ter suas contas abertas e fiscalizadas, com a maior transparência possível para que não ocorram privilégios em final de governo. Apesar de existir há 4 anos, o MAE somente iniciou efetivamente suas operações em setembro/2000.

Caso a liquidação não seja barrada e uma auditoria seja feita para se conhecer os verdadeiros valores devidos ao MAE, uma enorme dívida será atribuída às geradoras estatais, principais compradoras de energia durante o racionamento.

São cifras que podem girar em torno de R\$900 milhões para o sistema Eletrobrás, por exemplo. Segundo técnicos do setor, o MAE movimentou algo em torno de R\$13 bilhões.

A dificuldade de se chegar a um número verdadeiro não passa somente pela falta de transparência, mas acima de tudo pelo método adotado pelo governo para estabelecer o custo marginal de operação como o preço do MAE. A partir daí o que se viu foi uma sucessão de confusões e trapalhadas técnicas que se somaram a má administração do MAE e falta de regulamentação clara para esse mercado.

Portanto, a liquidação do MAE tem que ser barrada para que o governo Lula possa realizar uma auditoria e conhecer os verdadeiros valores devidos, evitando assim herdar algum tipo de ônus.

As maiores endividadas são as geradoras federais. A maior parte dos recursos para quitar essas dívidas virá do BNDES. O Acordo Geral do Setor – Lei 10.438/02 - prevê empréstimos de R\$7,5 bilhões para compensar as perdas provocadas pelo racionamento. Desses, R\$2,3 bilhões são destinados às geradoras.

Segundo dados do mercado, apenas as geradoras federais devem ao MAE R\$1,2 bilhão.

### **Fator X – Revisão Tarifária**

O Fator X é o mecanismo que permite compartilhar com os consumidores, por meio das tarifas, os ganhos de produtividade das distribuidoras de energia elétrica.

Durante a revisão, o valor das tarifas pode ser alterado para mais ou para menos, dependendo das mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das empresas, dos níveis de tarifas praticados, dentre outros.

Como as distribuidoras possuem estruturas de custos e mercados diferentes, a Aneel estabelecerá Fator X distinto para cada uma delas. O Fator X será um percentual que será aplicado sobre o IGP-M (índice utilizado na correção das tarifas anualmente), nos anos seguintes à revisão.

As distribuidoras exigem que a regra para se chegar à esses valores tenha como base o valor investido na época das privatizações e a Aneel divulgou que a base metodológica para essa remuneração deverá se basear no retorno desse capital investido pelo custo de reposição dos ativos.

O objetivo da revisão tarifária é determinar o nível adequado de receitas da empresa, incluindo o retorno sobre o investimento realizado, ou seja, a base de remuneração.

A partir de 2003 a maioria das distribuidoras de energia elétrica privatizada passa a ter direito a revisão tarifária conforme estabelecido em seus Contratos de Concessão.

O Fator X foi a forma apontada pelo modelo FHC para atrair investidores para o setor. Em 2002 a Aneel deverá analisar a revisão de 17 concessionárias. Em 2003, serão 40.

As regras para aferir esses valores ainda estão bastante confusas, o que gera muita apreensão do mercado.

### **Baixa Renda**

A Lei 10.438/02, antiga MP 14, estabeleceu como consumidor de baixa renda aquele que tem o consumo médio de energia dos últimos 12 meses de até 220 Kwh. Quem consome energia até 80 KWh/mês não precisa se cadastrar, já é automaticamente enquadrado como Baixa Renda.

Antes dessa Lei a classificação de baixa renda era definida através de Resolução específica para cada distribuidora e hoje passa a existir uma regra nacional.

Porém alguns problemas persistem. Pela nova Lei o consumidor tem que possuir ligação monofásica, ter renda per capita familiar mensal menor que meio salário mínimo e estar cadastrado em pelo menos um dos programas sociais do governo, como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Cidadão ou Auxílio Gás.

Dessa forma, o ônus da prova é inteiramente do consumidor. As prefeituras terão que se preparar para cadastrar e fornecer esses dados para as distribuidoras. Sabemos que em muitos casos a população sequer tem acesso à esses programas. O próprio governo federal reconhece que não tem um levantamento completo da extensão de seus programas sociais, pois o Cadastro Único para Programas Sociais não está totalmente implementado.

A nova classificação de baixa renda entraria em vigor em 29 de novembro, mas esse prazo foi prorrogado para 31 de março/2003. As projeções que se faz é que as distribuidoras, que já vinham ganhando com a redução do número de consumidores enquadrados na categoria de baixa renda, serão novamente beneficiadas com as novas medidas.

### **Gás Natural e os subsídios da Cide**

O governo boliviano se comprometeu em diminuir o preço do gás natural vendido para o Brasil a partir do próximo ano. Em contra partida, o Brasil deverá aumentar a sua demanda. Hoje, o valor é de Us\$3,30 por milhão de BTU (British Thermal Unit, unidade de medida de energia). O consumo brasileiro de gás natural não deslança principalmente por causa do seu preço que é atrelado ao dólar. A descoberta de mais gás na Bolívia, também contribui para a redução de preços.

O Brasil importa 11 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural boliviano e pelo contrato firmado deveria estar importando 17 milhões. Como o contrato é "take or pay" (pagamento mesmo que não é consumido), a Petrobras paga a diferença. O gás não consumido, mas pago, fica reservado para ser utilizado no futuro.

Para baratear o preço também é necessário reduzir o custo com o transporte. Os subsídios do governo para baixar a tarifa de transporte de gás natural serão de até R\$500 milhões que virão da

Cide – Contribuição de Intervenção sob Domínio Econômico. Esse subsídio foi aprovado pelo Congresso (MP 64 que se transformou em PLC 29).

*CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Lei 10.336 – 19/12/2001)*

A Cide, arrecadada desde janeiro/2002, incide sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural, álcool etílico e combustível e seus derivados. Os critérios e diretrizes para a utilização dos seus recursos deverão ser previstos em Lei específica.

Principais características da Cide:

Contribuição que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide);

A arrecadação da Cide será destinada ao:

I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;

II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e

III - financiamento de programas de infra-estrutura de transportes

A administração e a fiscalização da Cide compete à Secretaria da Receita Federal.

Os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e a ANP poderão editar os atos necessários ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei.

Além da MP 64 (PLC 29) também foi aprovado pela Câmara, o PL (Projeto de Lei) 6.770/02 que regulamenta os destinos dos recursos da Cide e cria o FNIT (Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), com a destinação de no mínimo 25% desse recurso para programas de infra-estrutura de transporte urbano, obrigatoriamente. A Cide passa de R\$0,5011 por litro para R\$0,86.

O programa de governo do Lula prioriza o uso do gás natural para fins residencial, industrial, veicular, etc. apontando o funcionamento de termelétricas apenas como um complemento a ser utilizado no pico da demanda.

Por isso é que houve mudança no artigo 6º da MP 64 autorizando a concessão de subsídios ao gás natural provenientes da Cide, sendo retirado do texto a expressão: gás **utilizado para a geração de energia térmica**. Assim, fica evidenciado que o governo Lula fará mudanças significativas no Programa Prioritário de Termelétrica – PPT, dando outra destinação ao uso do gás natural.

## **MP 64**

Foi aprovada no dia 20 de novembro pela Câmara dos Deputados e no dia 11 de dezembro pelo Senado. Agora aguarda ser sancionada pelo presidente da república. Ela define regras para o funcionamento do setor elétrico e a sua redação final caracteriza-se em uma vitória da banca do PT.

O primeiro objetivo da bancada era o de rejeitar a MP em sua totalidade. Como isso não foi possível, conseguir aprovar com as emendas propostas pelo partido já foi uma grande passo.

Do texto foi possível retirar o artigo 1º, que permitia reajustes tarifários em períodos inferiores a um ano. O artigo 2º, que previa que somente as empresas que praticassem as tarifas homologadas pela Aneel poderiam exercer atividades competitivas. Caso aprovado esse artigo 2º, poderia criar impedimentos para que companhias estaduais atuassem no mercado de consumidores livres

Em contrapartida o PT teve que fazer concessões. Concordou com a manutenção dos Leilões de Energia, porém a empresa poderá optar por participar ou não.

Pelo texto aprovado, é possível a prorrogação dos atuais contratos de fornecimento até 2004. Dessa forma, o novo governo ganha tempo para regulamentar o setor.

Também, a MP estabelece que uma parte do que for arrecadado pela Cide deverá subsidiar a redução da tarifa de transporte de gás natural.

## **MP 66**

A MP 66 deverá ser votada antes do Congresso entrar em recesso. Ela propõe uma minirreforma tributária. Trata de alguns assuntos que dizem respeito ao setor energético. Propõe ampliação do teto da Cide gerando uma receita adicional para subsidiar a tarifa de transporte de gás natural. Outra questão diz respeito à Liquidação das dívidas do PIS/Confins do MAE e também propõe a criação da Taxa de Iluminação Pública (TIP).

É uma MP polêmica. Ainda não há acordo quanto ao seu texto final. Teremos que acompanhar os desdobramentos dessa semana.

## **Unificação da Cesp com a Emae**

Hoje no estado de São Paulo assistimos o governador Alkmin cogitando a unificação das geradoras estatais: CESP e EMAE.

Dentro das empresas o clima é de mistério e de desencontro de informações. Os nossos Conselheiros solicitaram explicações sobre o que está ocorrendo. Os trabalhadores não sabem até, que ponto serão afetados por essas mudanças.

Em 1996 o Sinergia CUT já defendia a verticalização das empresas em sua proposta para o modelo elétrico brasileiro, mas o governo Covas tendo a frente do PED – Programa Estadual de Desestatização - Alkimin, seguiu o modelo FHC e desverticalizou as empresas criando a: CTEEP, EPTE, EMAE, Eletropaulo, Bandeirante, Cesp Paraná, Cesp Tietê e Cesp Parapanema, além da Elektro.

Com isso gastou muito dinheiro público com a burocracia para legalizar documentação, transferir escrituras, constituir novas empresas, realizar os leilões, etc. Em consequência, muitos postos de trabalho foram extintos, benefícios reduzidos ou eliminados, ocorreram aposentadorias em massa e houve queda na qualidade dos serviços prestados a população.

Recentemente assistimos esse mesmo governo fundindo a EPTE com a CTEEP com prejuízos os trabalhadores e novas despesas para o estado.

## **O Endividamento das empresas do setor**

### **AES**

A grave situação financeira do grupo norte americano AES que controla no Brasil a Eletropaulo, a AES Tietê, AES Uruguaiana, AES Sul e 33% da Cemig, tem trazido muita preocupação para os trabalhadores. Visando reduzir custos, o grupo vem promovendo reestruturação em suas empresas que têm gerado redução dos postos de trabalho.

De agosto para cá, a AES Tietê demitiu 22 trabalhadores e transferiu de local de trabalho mais 13, desrespeitando, inclusive, ACT. Quando da sua privatização em 1999, a AES Tietê promoveu nos primeiros meses de sua gestão, um PDV que retirou da empresa 500 trabalhadores.

A Eletropaulo desde agosto está tentando rolar uma dívida de US\$400 milhões. Suas dívidas são de curto prazo com vencimentos programados até dezembro/2002.

### **Enron**

O grupo americano Enron entrou no Brasil em 1994 e tem participações tanto no mercado de energia elétrica como no de gás natural. Um de seus principais ativos no país é a Elektro, que foi adquirida pela Enron em 1998 por US\$1,5 bilhão, o que significou um ágio de 99%.

A Enron também tem participações em cinco distribuidoras de gás no Nordeste, duas no Sul e duas no Sudeste. Detém parte do gasoduto Brasil Bolívia e da usina térmica Eletrobrás em Cuiabá. Já investiu mais de US\$4 bilhões, desde que iniciou suas atividades no Brasil.

Em meados de novembro de 2001, a Enron declarou concordata nos EUA após maquiar seus balanços projetando lucros inexistentes.

A situação da Enron se agravou ainda mais depois que a Auditoria Artur Andersen foi indiciada criminalmente por obstrução da justiça ao destruir documentos, além de ser acusada de aprovar demonstrações financeiras mascaradas da Enron, empresa que auditava.

Em 2002, foi constituído nos EUA um comitê de credores da Enron visando gerir seus ativos e buscar soluções para o pagamento das dívidas.

Em agosto a Enron anunciou que iria leiloar a Elektro, a termoelétrica de Cuiabá e as suas participações no gasoduto Bolívia-Brasil dentre outros de uma lista de 12 ativos como parte da estratégia para liquidar sua dívida com os credores e sair da concordata.

### **Light**

Em meados de junho a EDF anunciou que poderá vender sua participação na Light que também se encontra endividada. A estatal francesa no final do primeiro semestre fez um aporte de US\$1 bilhão na Light, para sanear suas finanças.

Em novembro a Light anunciou o corte de despesas de US\$ 2 bilhões e demissão de cerca de 700 trabalhadores.

Segundo levantamento realizado pela Coppe/UFRJ, a Light lidera a lista das empresas do setor elétrico mais endividada, com um déficit de R\$5,4 bilhões, sendo 85% em moeda estrangeira. Em seguida vem a Eletropaulo com uma dívida de R\$4,3 bilhões, sendo 83% atrelados a moeda estrangeira, seguidas pela Cemig, R\$3 bilhões, CPFL, R\$2,4 bilhões, AES Sul, R\$2,2 bilhões, Escelsa R\$2 bilhões, Coelba, R\$1,6 bilhão e Copel, R\$1,4 bilhão.

Muitas empresas estão endividadas por conta da estratégia de ampliação de seus ativos, como é o caso da CPFL que adquiriu novas empresas (RGE, Piratininga e 8 novas hidrelétricas).

Hoje existem muitas empresas de energia à venda em todo o mundo, porém faltam compradores. No período da privatização das empresas de energia brasileiras (1995-2000), havia grande liquidez internacional e interesse dos investidores em diversificar seus ativos.

Hoje o cenário mudou. A crise da bolsa de valores dos Estados Unidos provocada pelos escândalos contábeis em empresas do setor (Enron) e o modelo de gestão financeira adotado no Brasil pelos controladores estrangeiros que levou a um alto endividamento, são apontados como os principais motivos que justificam a falta de compradores nesse setor.

Somam-se à esses as constantes mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro e as eleições presidenciais.

**16/Dezembro/2002**